



Processo: 958/2016-e

Interessada: Secretaria de Estado de Educação do DF

Assunto: Recurso

Ementa: Auditoria de regularidade levada a efeito no Processo 560/2015, tendo por objeto a folha de pagamento do Governo distrital. Impropriedades constatadas no pagamento de várias parcelas, entre elas o Auxílio Transporte. Secretaria de Educação. Pagamento a servidores que não utilizam transporte público. Recurso. Conhecimento. Autorização para processamento nestes autos (Decisão 5773/2015). Pelo provimento, no mérito.

Senhor Secretário,

No curso da auditoria de regularidade levada a efeito no Processo 560/2015, tendo por objeto a folha de pagamento dos servidores do Distrito Federal, propugnou a Unidade Técnica, no bojo do Relatório de Auditoria 2/2015, por:

VII – recomendar às jurisdicionadas que requeiram aos servidores e empregados que fazem jus ao auxílio-transporte a apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais do mês anterior de modo sistemático (até o 5º dia útil ou até o dia 10 do mês subsequente, por exemplo), para fins de comprovação da despesa. Após isso, deve-se ressarcir ao erário os valores percebidos nos dias em que não houver comprovação dessa despesa;

2. O relatório em questão foi encaminhado às jurisdicionadas para pronunciamento, com fundamento no art. 41, § 2º, da LC 1/94 (Decisão 3191/2015 – Processo 560/2015).

3. No âmbito da Secretaria de Educação, as providências iniciadas em razão dos achados de auditoria acarretaram a insurgência de alguns servidores, especialmente em relação ao item acima reproduzido.

4. Tal manifestação consubstanciou-se na peça recursal de fls. 1029/1034 do Processo 560/2015¹, tendo o Tribunal autorizado o respectivo exame em autos apartados (Decisão 5773/2015), o que ocorre neste processo.

5. Neste mesmo *decisum*, o Tribunal deliberou por fixar prazo à jurisdicionada para que apresentasse “*considerações/avaliações a respeito dos fatos narrados pelos signatários daquele documento*” (item II). Tal determinação

¹ eDoc 1E95F125-c destes autos.



restou reiterada pelas Decisões 3313/2016 (eDoc F83B83D9-e) e 4752/2016 (eDoc 77290B71-e), esta última, inclusive, ensejando a audiência do titular da Pasta (eDoc 41FEAD45-e).

6. Por isso, nesta assentada examina-se, além do mérito do recurso, as justificativas apresentadas pelo Secretário de Educação.

I. Razões Recursais

7. No recurso (eDoc 1E95F125-c), esclarecem os servidores da Secretaria de Educação que estão lotados no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho, localizado na DF 270, cruzamento com a DF 100 – Colônia Agrícola Buriti Vermelho, na Zona Rural do Paranoá, sendo que a maioria dos recorrentes reside em Formosa/GO.

8. Relatam que as linhas de transporte coletivo disponíveis para aquela localidade (Formosa/Brasília e Brasília/Alphaville) não coincidem com o horário de funcionamento da escola, além do que dispenderiam nesse trecho, no mínimo, 6 horas diárias entre ida e vinda.

9. Por essa razão, informam que vêm utilizando veículos próprios para o deslocamento residência/trabalho e retorno, ainda que isso acarrete o desgaste excessivo dos seus veículos, em razão das más condições de conservação das estradas rurais.

10. Adicionalmente, informam que a Secretaria de Educação, por intermédio da Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEPE, expediu a Circular nº 54/2015, estabelecendo entre outros pontos que:

“todos os servidores efetivos e professores substitutos, contratados temporariamente, que recebem auxílio transporte interestadual (entorno) deverão apresentar mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, à Gerência de Gestão dos Profissionais de Educação a segunda via diária dos bilhetes de passagens expedidos pela concessionária de transporte coletivo, referente ao mês anterior, a fim de que possa ser concedida a manutenção da percepção do benefício”;

“importante destacar que a não apresentação dos bilhetes de passagem acarretará em suspensão do auxílio transporte a partir do mês subsequente; assim como em ressarcimento ao erário dos valores recebidos referentes aos dias em que não houver a comprovação da despesa com transporte”;

11. Relatam, ao final, que:

“faz-se necessária uma análise mais profunda acerca das peculiaridades que envolvem as escolas da Zona Rural; na Zona Rural os horários e as linhas de ônibus são bastante escassos. Não se pode comparar a disponibilidade de transporte coletivo existente nas zonas urbanas com a realidade da zona rural. (...) a região do Buriti Vermelho, apesar de distante dos núcleos urbanos, encontra-se

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.:

Proc: 958/16

Rubrica

localizada dentro dos limites do Distrito Federal, e o transporte coletivo público é escasso. Não existe uma linha de ônibus que faça o trajeto Formosa-Buriti Vermelho, São Sebastião-Buriti Vermelho entre outras, sendo que em um deslocamento de ônibus o servidor demandaria bastante tempo, inviabilizando o cumprimento dos horários de funcionamento da escola, estabelecidos por esta Secretaria;

I.1 Análise

12. Ressalta-se que o item VII das sugestões do relatório de auditoria, já reproduzido no parágrafo exordial, objetivou sugerir à Administração controles mais eficientes no tocante ao deferimento do Auxílio-transporte.

13. Por outro lado, a LC 840/2011, ao tempo em que estabelece a possibilidade de fazer-se em pecúnia o pagamento da referida parcela, menciona que o valor deve ser utilizado no transporte público (arts. 107 e 110²).

14. Nada obstante, a situação relatada pelos recorrentes é sensível, a ponto de a implantação dos controles, da forma como foi sugerido, inviabilizar o próprio exercício das atividades regulares no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho.

15. Há de se considerar que referida proposta de controle norteou-se pelos dispositivos legais antes referidos, segundo os quais o auxílio-transporte deveria ser utilizado para custear transporte público.

16. A esse propósito, contudo, faz-se mister trazer à baila excerto do voto condutor da Decisão 6415/2016 (Processo 560/2015), proferido pelo Conselheiro-Relator Paulo Tadeu, que remete a jurisprudência do STJ admitindo utilização do referido auxílio mesmo na hipótese de haver uso de veículo próprio, *verbis*:

“(…)

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. VEÍCULO PRÓPRIO. POSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA DESPESA. ORIENTAÇÃO NORMATIVA. INOVAÇÃO. DESNECESSIDADE.

1. A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que o auxílio-transporte tem a finalidade de custear as despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte

² **Art. 107.** Ao servidor é devido auxílio-transporte, a ser pago **em pecúnia ou em vale-transporte**, destinado ao custeio parcial das **despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual**, no início e no fim da jornada de trabalho, relacionadas com o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

(…)

Art. 110. A concessão do auxílio-transporte fica condicionada à apresentação de declaração, firmada pelo próprio servidor, de que **realiza despesas com transporte coletivo**, nos termos do art. 107.

§ 1º O servidor deve manter atualizados os dados cadastrais que fundamentam a concessão do auxílio-transporte.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização da administração pública e de eventual responsabilidade administrativa, civil ou penal, presumem-se verdadeiras as informações constantes da declaração prestada pelo servidor.



para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, sendo devido a quem utiliza veículo próprio ou coletivo.

2. O art. 6º da Medida Provisória n. 2.165-36/2001 apenas exige que o servidor ateste a realização das despesas de deslocamento, presumindo a veracidade da declaração por ele firmada, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa.

3. A Orientação Normativa DGP/IFRS, ao limitar a fruição do auxílio-transporte à comprovação prévia das despesas efetivamente realizadas com locomoção do servidor, extrapolou o poder de regulamentar a MP 2.165-36, estipulando exigência não prevista em lei. Precedente em caso análogo: AgInt no REsp 1.323.295/DF, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 26/4/2016, DJe 11/5/2016.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

O julgamento do caso acima destacado levou em consideração servidor regido pela Medida Provisória nº 2.165-36/20014, cuja redação do art. 1º, no que nos interessa neste momento, em muito se assemelha à do art. 107 da LC nº 840/11. Eis o que disciplina aquele dispositivo:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Transporte em pecúnia, pago pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais. (grifos do original)

17. Por esse entendimento, não se vislumbra óbice ao acolhimento das razões apresentadas no pedido de reexame, que materializam a pretensão de se utilizar veículo próprio sem deixar de perceber o auxílio-transporte.

18. Nessas condições, caberá à Secretaria de Educação manter os rigores no pagamento em pecúnia do referido auxílio, que deve ter por base as linhas de transporte público que servem o local, bem assim adequar a Circular nº 54/2015, nos pontos que tiveram fundamento no item VII das sugestões do Relatório de Auditoria 2/2015-DIFIPE/SEFIPE.

19. Além disso, não se pode olvidar, como já mencionado no parágrafo 5, de que a Secretaria de Educação foi instada a se pronunciar sobre os fatos narrados pelos recorrentes, consoante consta do item II da Decisão 5773/2015³.

20. Após reiteração desta decisão, a Secretaria de Educação esclareceu que a resposta ao Tribunal restou consubstanciada no Ofício 374/2016-GAB/SE⁴.

21. No referido expediente, a SEDF destacou que foram identificados 1415 servidores e 519 professores contratados temporariamente que recebiam auxílio-

³ II – autorizar o envio de cópia das peças de fls. 1029/1034 à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para que a jurisdicionada, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a este Tribunal considerações/avaliações a respeito dos fatos narrados pelos signatários daquele documento;

⁴ Tal expediente, encaminhado por cópia junto ao Ofício 2125/2016-GAB/SE, foi juntado ao Processo 560/2015 (eDoc 0A8F2442), tendo em conta que reportava-se àquele processo e à Decisão 3191/2015 lá prolatada.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.:

Proc: 958/16

Rubrica

transporte para regiões interestaduais e que expediu a Circular 54/2015-SUGEPE para divulgar os *“procedimentos a serem adotados com relação à cobrança mensal dos comprovantes das despesas”*.

22. Informou, ademais, que após a expedição da Circular, recebeu cerca de 320 pedidos de reconsideração, revelando a seguinte situação: (i) servidores que atuam em unidades escolares situadas em zonas rurais, onde o transporte coletivo não atende; (ii) servidores que atuam em unidades escolares na zona urbana, mas usam transporte próprio por incompatibilidade de horário do transporte público ou em razão do longo percurso entre residência/trabalho, que inviabilizaria o cumprimento do horário de trabalho; (iii) servidores que fazem ‘transporte solidário’ em razão da proximidade de residência/trabalho, dividindo a despesa com combustível.

23. Em virtude dessas especificidades, informou a SEDF que não foi providenciada a suspensão do benefício para aqueles que não cumpriram a Circular 54/2015, querendo alfin orientações a esta Corte sobre como proceder.

24. Em novo pronunciamento da SEDF (Ofício 2125/2016-GAB/SE – eDoc DC609F32-c), reiterou-se a não adoção de providências complementares, bem assim a necessidade de orientações.

25. Como se nota, a jurisdicionada, embora não tenha dado efetivo cumprimento ao item II da Decisão 5773/2015, porque não se pronunciou sobre *“considerações/avaliações a respeito dos fatos narrados pelos signatários”*, trouxe aos autos elementos reveladores da situação excepcional vivenciada por vários servidores no tocante ao recebimento do auxílio-transporte.

26. É notório, contudo, que a linha indicada nos parágrafos 16 a 18 acima, põe termo às dúvidas em relação às situações enumeradas pela jurisdicionada, no tocante aos servidores que utilizam veículo próprio para deslocamento residência/trabalho (v. parágrafo 22).

II. Razões de Justificativa

27. Como anteriormente mencionado, o titular da Secretaria de Educação foi chamado em audiência, em face do disposto no art. 57, IV e VII, da LC 1/94 (item II da Decisão 4752/2016), pelo fato de ter permanecido silente diante da determinação constante do item II da Decisão 5773/2015, reiterado pela de nº 3313/2016.

28. As justificativas apresentadas constam do Ofício 2125/2016-GAB/SE (eDoc DC609F32-c).

29. Relata o responsável que já havia cumprido a Decisão 5773/2015, nos termos do Ofício 374/2016-GAB/SE, expediente no qual solicitou *“informações a essa Corte de Contas quanto à análise e pedido de orientações sobre os*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.:

Proc: 958/16

Rubrica

procedimentos a serem adotados, tendo em vista a impossibilidade de apresentação da comprovação da despesa mediante apresentação da 2ª via do bilhete de passagem”.

30. Além disso, consigna que *“a todo instante foram elaborados despachos e memorandos para as áreas técnicas, tendo em vista a preocupação em atender todas as determinações proferidas por essa e. Corte de Contas. Todavia, tendo em vista a necessidade de orientação por esse Tribunal, os setores permanecem no aguardo de manifestação da Corte sobre a implementação dos procedimentos”.*

II.1 Análise

31. Preliminarmente, esclarece-se que a análise das justificativas se faz nesta ocasião, não por revelia ao que dispõe o art. 278, § 1º, do RI/TCDF, mas pelo fato de que a audiência decorreu da decisão que conheceu do recurso.

32. Quanto às alegações apresentadas, reprisa-se que o mencionado Ofício 374/2016-GAB/SE foi juntado ao Processo 560/2015 por reportar-se a *decisum* lá proferido. E, embora não atendesse a contento ao que foi solicitado pelo Tribunal na Decisão 5773/2015, configurou resposta atempada por parte da Secretaria de Educação.

33. Por essa razão, e tendo em conta as iniciativas ora noticiadas (v. § 30), entendemos que se pode ter por procedentes as justificativas apresentadas.

III. Outros documentos

34. A Secretaria de Educação encaminhou, ainda, ao Tribunal o Ofício 2255/2016-GAB/SE (eDoc 361D619E-c).

35. De acordo com o mencionado expediente, *“considerando a complexidade da matéria, o impacto que pode gerar a ausência ou atraso constante dos servidores beneficiários do auxílio transporte que atuam nas escolas rurais das áreas acima mencionadas, decorrentes da ausência de transporte público que atenda e, ainda, visando solução tanto para os servidores que ingressaram com recurso no âmbito desta SEEDF como para aqueles que o fizeram no âmbito do TCDF...”* requer ao Tribunal sustentação oral, o sobrestamento destes autos, bem assim cópia do Processo 560/2015, a partir da Decisão 1907/2016.

III.1 Análise

36. É de se considerar, *ab initio*, que as justificativas apresentadas no parágrafo anterior pela SEDF indicam, a prevalecer o encaminhamento ora conferido a estes autos, que os pleitos por ela aviados perderam o objeto.

37. De todo modo, nada obsta a que se defira o pedido de sustentação oral referido. Tal medida, por outro lado, antecede em regra o julgamento dos autos,



o que tornaria superada a pretensão de sobrestamento. Quanto às cópias requeridas, a Administração poderá obtê-las a qualquer tempo junto ao serviço de Atendimento ao Público desta Corte.

IV. Sugestões

38. *Ex positis*, decidindo o digno Relator do feito pela necessidade de sustentação oral, caberá fixar-lhe data.

39. Com essas considerações, somos por que o colendo Plenário:

- I. tome conhecimento da instrução;
- II. no mérito, dê provimento ao Pedido de Reexame apresentado pelos servidores da Secretaria de Educação a que se reporta o item I da Decisão 5773/2015 (eDoc 1E95F125-c), afastando a exigência de que trata o item VII das sugestões do Relatório de Auditoria 2/2015, constante do Processo 560/2015;
- III. determine à Secretaria de Educação que mantenha o rigor ao realizar pagamentos em pecúnia do auxílio-transporte, que deve ter por base as linhas de transporte público que servem o local, devendo, ainda, adequar a Circular nº 54/2015-SUGEPE ao disposto no item anterior;
- IV. tenha por superada a determinação endereçada à Secretaria de Educação no item II da Decisão 5773/2015;
- V. considere procedentes as justificativas apresentadas em atendimento ao item II da Decisão 4752/2016 pelo titular daquela Secretaria, pelas razões apresentadas na instrução;
- VI. autorize:
 - a) o encaminhamento de cópia da instrução e da decisão que vier a ser adotada à Secretaria de Educação, para melhor compreensão da matéria, e de cópia da decisão aos recorrentes;
 - b) seja cientificada a jurisdicionada que cópia dos processos em tramitação nesta Corte podem ser obtidas junto ao seu serviço de Atendimento ao Público;
 - c) o retorno dos autos à SEFIPE para as providências subsequentes e posterior arquivamento.

À consideração superior.

Brasília-DF, 25 de janeiro de 2017.

André Vitor Lopes

Divisão de Fiscalização de Pessoal

Diretor

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.:

Proc: 958/16

Rubrica

Senhora Presidente,

De acordo com o despacho supra, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “b”, da Resolução nº 140, de 13 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 174, de 16 de maio de 2006.

Brasília-DF, em de janeiro de 2017.

SEBASTIÃO CAL DE MIRANDA
Secretário de Fiscalização de Pessoal